



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária do quarto ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos seis de outubro de dois mil e vinte, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Carta aos Romanos – Capítulo 12, versículos 9 a 20: “Que vosso amor seja sem fingimento, detestando o mal e aderindo ao bem. Amai-vos uns aos outros com amor fraterno e, quanto ao respeito, cada qual considere os outros como mais merecedores. Sede esforçados, sem preguiça, fervorosos de espírito, a serviço do Senhor. Sede alegres na esperança, pacientes na tribulação e perseverantes na oração; solidários diante das necessidades dos irmãos, acolhedores na hospitalidade. Abençoai os que vos perseguem; abençoai e não amaldiçoeis. Alegrai-vos com os que se alegram, chorai com os que choram. Tende os mesmos sentimentos para com todos, sem procurar grandezas, mas assumindo as tarefas humildes; não vos considereis como sábios. Não pagueis a ninguém o mal com o mal; procurai fazer o bem diante de todos; vivei em paz com todos, se possível, enquanto depende de vós. Não façais justiça com as próprias mãos, caríssimos, mas deixai agir a ira de Deus, pois está escrito: ‘Sou eu que farei justiça, eu é que retribuirei’, diz o Senhor. Ao contrário, ‘se teu inimigo tem fome, dá-lhe de comer; se tem sede, dá-lhe de beber; fazendo isso, ajuntarás brasas sobre sua cabeça’. Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem”. A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, David Hilário Neto, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estavam ausentes da Sessão os Srs. Inalda Lúcio de Barros Santana, Romilson Nascimento Silva e Tais Camellini Esteves. Deixou de comparecer o Sr. Cristiano José Cecon. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi colocada em Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno, apresentou requerimento verbal solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Poder Executivo Municipal, dos Projetos, dos Requerimentos, das Indicações e da Moção dos Srs. Vereadores, e das Correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício SEGOV nº 00529/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 124/2020 do Sr. David Hilário Neto referente ao envio de cópias de contratos de diversas empresas que atuaram no Município de Jaguariúna, no período de 2017 a 2020; 2. Ofício SEGOV nº 00530/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 125/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva referente à informações sobre a Lei Aldir Blanc, de auxílio ao Setor Cultural, entre outras coisas; 3. Ofício SEGOV nº 00531/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 126/2020 do Sr. David Hilário Neto referente à cópia de Portaria de nomeação do Comitê Gestor e/ou Administrativo da JaguarPrev em vigência; 4. Ofício SEGOV nº 00532/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 127/2020 do Sr. David Hilário Neto referente à cópia do estudo e roteiro detalhado (ponto a ponto) de rotas e/ou trechos das linhas de transporte escolar que definiram a quilometragem base para a contratação de empresa de prestação de serviços de transporte escolar -2017/2020; 5. Ofício SEGOV nº 00533/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 128/2020 do Sr. David Hilário Neto referente à cópia atualizada da longa lista e fila de espera da creche, bem como critério adotado para distribuição de novas vagas; 6. Ofício SEGOV nº 00534/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 129/2020 do Sr. David Hilário Neto referente à cópia das deliberações do Comitê administrativo e/ou Gestor das análises de riscos de investimentos e aportes financeiros em Fundos de Investimentos feita por consultoria especializada prestadora de serviço da JaguarPrev; 7. Ofício SEGOV nº 00535/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 130/2020 do Sr. David Hilário Neto referente à cópia das notas fiscais emitidas de 2017 a 2020 pelas empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar; 8. Ofício SEGOV nº 0536/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 131/2020 do Sr. David Hilário Neto



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

referente à cópia de contratos das atas de registro de preços e/ou licitações de hortifrutigranjeiros e gêneros alimentícios de 2017 a 2020; 9. Ofício SEGOV nº 00537/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 132/2020 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo referente à informações relativas à aplicação de isenção de IPTU aos imóveis tombados e inventariados no Município; 10. Ofício SEGOV nº 00538/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 133/2020 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao CONPHAAJ, à Paróquia de Santa Maria e à Diocese de Amparo informações relativas ao restauro da Igreja Centenária de Santa Maria; 11. Ofício SEGOV nº 00539/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 134/2020 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo referente à informações relativas ao pagamento do adicional de periculosidade dos Vigias e Vigilantes Patrimoniais da Prefeitura de Jaguariúna; 12. Ofício SEGOV nº 00540/2020 solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 135/2020 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo referente à informações sobre o encaminhamento, neste ano, de projeto de lei relativo ao REFIS; 13. Ofício SEGOV nº 00541/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 136/2020 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando informações se existe um projeto em tramitação nessa Prefeitura para regularizar a documentação de toda a área que abrange o Loteamento Recanto Camanducaia, para que os proprietários possam registrar escritura dos terrenos lá comprados após o ano de 1980; 14. Ofício SEGOV nº 00542/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 137/2020 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando informações em que fase está o Processo para registrar as Escrituras Públicas das propriedades do Residencial Arco Íris (com cópia para o Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna); 15. Ofício SEGOV nº 00543/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 138/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações do porque não é feita a retirada de lixo das lixeiras na Praça do loteamento Reserva da Barra, pelos coletores de lixo; 16. Ofício SEGOV nº 00544/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 139/2020 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações do motivo da retirada do container de lixo do portão da Fazenda da Barra; 17. Ofício SEGOV nº 00545/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 140/2020 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações do motivo do atraso da implantação da iluminação pública no bairro Águas do Jaguar; 18. Ofício SEGOV nº 00546/2020 acusando o recebimento do Requerimento nº 141/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

solicitando informações se há estudos para legalizar os imóveis que eram comerciais e foram transformados em residenciais; 19. Ofício SEGOV nº 0547/2020 acusando o recebimento das seguintes Indicações nºs 137/2020 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 136/2020 da Sra. Cássia Murer Montagner e 135/2020 da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana; 20. Ofício SEGOV nº 00558/2020 dando resposta ao Requerimento nº 136/2020 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando informações se existe um projeto em tramitação nessa Prefeitura para regularizar a documentação de toda a área que abrange o Loteamento Recanto Camanducaia, para que os proprietários possam registrar escritura dos terrenos lá comprados após o ano de 1980; 21. Ofício SEGOV nº 00559/2020 dando resposta ao Requerimento nº 137/2020 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando informações em que fase está o Processo para registrar as Escrituras Públicas das propriedades do Residencial Arco Íris (com cópia para o Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna); 22. Ofício SEGOV nº 00560/2020 dando resposta ao Requerimento nº 141/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações se há estudos para legalizar os imóveis que eram comerciais e foram transformados em residenciais; 23. Ofício SEGOV nº 00561/2020 dando resposta ao Requerimento nº 138/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informar porque não é feita a retirada de lixo das lixeiras na Praça do loteamento Reserva da Barra, pelos coletores de lixo; 24. Ofício SEGOV nº 00562/2020 dando resposta ao Requerimento nº 139/2020 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar qual o motivo da retirada do container de lixo do portão da Fazenda da Barra; 25. Ofício SEGOV nº 00563/2020 dando resposta ao Requerimento nº 140/2020 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar qual o motivo do atraso da implantação da iluminação pública no bairro Águas do Jaguar; 26. Ofício SEGOV nº 00564/2020 dando resposta ao Requerimento nº 125/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações sobre a Lei Aldir Blanc, de auxílio ao Setor Cultural, entre outras coisas; 27. Ofício SEGOV nº 00565/2020 dando resposta ao Requerimento nº 135/2020 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre o encaminhamento, neste ano, de projeto de lei relativo ao REFIS. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposituras dos Senhores Vereadores: Projetos: 1. De Lei dos Srs. José Muniz, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Walter Luis Tozzi de Camargo, Afonso Lopes da Silva, Romilson Nascimento Silva e Inalda Lúcio de Barros Santana que altera e acresce parágrafos ao artigo 2º da Lei Municipal nº 2.153, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre a instalação de medidores de água, nas formas



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que especifica e dá outras providências, modificada pela Lei nº 2.644, de 06 de novembro de 2019; 2. De Decreto Legislativo do Sr. José Muniz que dispõe sobre a concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Senhor William de Souza Silva, depois de lidos foram os mesmos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Empresa ALL – América Latina Logística S/A, providenciar, com urgência, o conserto da ponte sob a linha férrea, no Bairro Tanquinho, próximo ao Rancho Oásis, Condomínio Califórnia e Cerâmica Takemassa (com cópia para o Executivo Municipal); 2. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal o detalhamento a respeito da ocorrência registrada pela Polícia Militar Ambiental, com o acionamento da Polícia Federal, na manhã do último dia 22 de setembro, que trata do embargo de área particular devido à extração irregular de minérios e argila, além da derrubada de árvores nativas. Indicações: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal poda da árvore na rua Bernardino, próximo ao número 1.916, na Vila 12 de Setembro II; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal que ao denominar nomes de ruas e/ou logradouros públicos, seja lembrado do nome do Sr. Irineu Alves Felipe; 3. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Padre Antonio Joaquim Gomes, defronte a casa de nº 564, no Jardim Europa; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Maranhão, no Bairro de Guedes, próximo a ponte do Camanducaia; 5. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal construção de uma rotatória no cruzamento da Avenida Pacífico Moneda com a rua Maranhão; 6. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal para que seja canalizado o córrego na rua Amazonas, iniciando em frente ao nº 2.342 até a UBS, na Vila 12 de Setembro; 7. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal corte de uma árvore na rua Eduardo Tozzi, em frente ao nº 1.988, na Vila 12 de Setembro; 8. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando ao Executivo Municipal providenciar a iluminação na área aberta em frente às residências existentes próximas à Cerâmica Catão, na Avenida Pacífico Moneda, altura do número 2000, no bairro Vargeão; 9. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva solicitando ao Executivo Municipal colocação de uma cobertura de um ponto de ônibus na altura do número 2000, na Avenida Pacífico Moneda, no bairro Vargeão; 10.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal consertar o portão da quadra de esportes, na Estrada Judite dos Santos Pinto, em frente ao Condomínio Jaguariúna II, Bairro Cruzeiro do Sul; 11. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal fazer calçada na continuação da rua Mario Sales Filho, no bairro Jardim Primavera, conforme especifica. Moção do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor ao Sr. Tiago Luiz Mariano Zerbo, Síndico do Condomínio Recanto Jaguar e a todos os seus moradores, por dispor o uso do poço que se localiza nas áreas internas do condomínio para abastecimento da Rede de água do Município. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Ofício SEJEL nº 252/2020 – DE-jef do Sr. Rafael da Silva Blanco, acusando o recebimento da Moção nº 048/2020 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de congratulações e louvor aos responsáveis atuantes no Projeto “Dia do Profissional de Educação Física” que se comemora no dia Primeiro de Setembro de cada ano; 2. Ofício nº 227/2020 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Jaguariúna/SP dando resposta ao Requerimento nº 137/2020 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal informar em que fase está o Processo para registrar as Escrituras Públicas das propriedades do Residencial Arco Íris (com cópia para o Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna); 3. Ofício nº 91/2020 do Promotor de Justiça da 333ª Zona Eleitoral de Pedreira, dando resposta ao Requerimento nº 023/2020 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Ministério Público Eleitoral da 333ª Zona Eleitoral de Pedreira informações quanto às medidas a serem adotadas para o combate da “Fake News” neste ano eleitoral; 4. Mensagem do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – Cauê Macris (via email), encaminhando Requerimento nº 1198/2020 do Deputado Itamar Borges congratulando Jaguariúna pelo seu aniversário em 12 de setembro; 5. Mensagem do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – Cauê Macris (via email), encaminhando Requerimento nº 1240/2020 do Deputado Gil Diniz congratulando Jaguariúna pelo seu aniversário em 12 de setembro; 6. Mensagem do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – Cauê Macris (via email), encaminhando Requerimento nº 1237/2020 da Deputada Valeria Bolsonaro congratulando Jaguariúna pelo seu aniversário em 12 de setembro; 7. Processo nº 015/2020 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mensal relativo à Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de agosto/2020; 8. Processo nº 016/2020 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo à Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de agosto/2020; 9. Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via <http://portalfns.saude.gov.br/>) comunicando liberação de recursos para o Município de Jaguariúna, no mês de setembro de 2020, no valor de R\$ 1.140.913,92 10. Ofício 21/2020 da Diretora Regional-SindSaúde do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado de São Paulo, pedindo apoio no combate à aprovação do Projeto de Lei nº 529/2020, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Empresa ALL – América Latina Logística S/A, providenciar, com urgência, o conserto da ponte sob a linha férrea, no Bairro Tanquinho, próximo ao Rancho Oásis, Condomínio Califórnia e Cerâmica Takemassa (com cópia para o Executivo Municipal), em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal o detalhamento a respeito da ocorrência registrada pela Polícia Militar Ambiental, com o acionamento da Polícia Federal, na manhã do último dia 22 de setembro, que trata do embargo de área particular devido à extração irregular de minérios e argila, além da derrubada de árvores nativas, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Moção do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor ao Sr. Tiago Luiz Mariano Zerbo, Síndico do Condomínio Recanto Jaguar e a todos os seus moradores, por dispor o uso do poço que se localiza nas áreas internas do condomínio para abastecimento da Rede de água do Município, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por sete minutos e cinquenta segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: Pela ordem, fez uso da palavra o senhor Ângelo Roberto Torres que, depois de cumprimentar a todos, disse que, naquela noite, ele destacava lá os requerimentos e indicações, destacou o requerimento da ponte da linha férrea que ligava o bairro Tanquinho ao Rancho Oásis, ao Condomínio



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Califórnia, Takemassa, ponte aquela que estava deteriorada há vários anos e que ele já havia cobrado junto a Secretaria de Obras da Prefeitura, também, para providências que fossem tomadas naquela região, e cobrar a Empresa VLL, para o reparo não só naquela mas, também em todas as pontes da linha férrea que atingia o município de Jaguariúna; disse que estava mais uma vez lá pedindo a colaboração, o apoio para as demandas que tinha solicitado, principalmente, na questão de lâmpadas queimadas; estavam com problemas na Roseira de Baixo e de Cima e recebiam as informações de que iria ser feito, mas os dias iam passando e a escuridão continuando, o munícipe preocupado, enfim... então, ele gostaria de pedir uma atenção especial para as Secretarias Competentes que respondiam àquela Pasta, para que executassem aquelas obras, executassem aqueles serviços que, aos olhos deles, eram coisas pequenas, coisas rápidas para serem feitas, enfim, ele sabia que a cidade cresceu, a cidade toda para estar fazendo mas, ele ia questionar aquilo também; falou que recebeu uma resposta, naquele dia, sobre a caçamba que tinha lá na Fazenda da Barra e ele esperava uma solução para aquilo também; questionou de uma coisa que o chamou muito a atenção, que ele tinha passado, naquele dia, com a mãe dele no Centro de Especialidades, que ela passava lá com o doutor Roberto, que era um médico super bacana, super descontraído e que ele passou a conhecer, naquele momento presente, que ele foi passar lá com a mãe dele e era um médico brincalhão, e ele aguardando com a mãe dele para ela ser chamada, o que lhe chamou a atenção era a doutora Karen, ele achava que era aquele o nome dela e ele queria até mandar um abraço também, e ela chamou cinco pessoas na sequência, as cinco pessoas não foram, simplesmente não foram, e pessoas, às vezes, aguardando um encaixe, então, era difícil, exclamou; muitas vezes, gente que dependia do serviço de Saúde Municipal, e ele sempre falava lá que o uso do serviço municipal era de primeira, os médicos de grandes hospitais passavam por Jaguariúna, atendendo no Hospital, então, para que terem um convênio, se no Município tinha um atendimento de outros convênios, também, e, às vezes, a pessoa ficava aguardando um encaixe só para poder ser atendido e, às vezes, a pessoa marcava e não ia, não avisava, então, só mesmo para deixar registrado naquela Casa, porque muitas vezes era questionado nas ruas porque não tinha vaga, não conseguia e, às vezes, acontecia aquele tipo de situação; a seguir, estendeu lá seu abraço a todos da área da Saúde e parabenizou pelo excelente trabalho que vinha sendo feito na cidade; parabenizou o Prefeito Gustavo e, em nome dele, cumprimentar todos os prefeitos amigos, porque naquele dia, seis de outubro, comemorava o Dia do



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Prefeito; mandou um abraço para o pai do Fred, o Tarcisio, porque, como dizia, merecia a comemoração, então, ficava lá o abraço dele a todos; desejou mais uma vez boa noite; em seguida, fazia uso da palavra a senhora Cássia Murer Montagner que a passou; fez uso da palavra o senhor David Hilário Neto que cumprimentou todos, dizendo que ele só estava levando mais uma reclamação da população que, naquele dia, abrindo o computador dele, ele estava vendo que, há exatamente um ano atrás, fizeram uma reclamação, naquela Casa, sobre a questão da falta de água e andando pelos bairros do Nassif, Capelas do Santo Antonio, Floresta, Bom Jardim, aquela população passando a mesma dificuldade todos os dias; disse que aquela Casa já tinha aprovado, já tinha colocado em Orçamento três milhões para ser feito uma nova Estação de Tratamento de Água e nada foi feito; foi aprovado empréstimo e nada foi feito, e estavam falando que a cidade, com o recurso que tinha, deixar a população sem água era totalmente falta de planejamento e organização com o dinheiro público; não tinha cabimento, era um problema que a população já vinha enfrentando há um bom tempo e não era feito absolutamente nada; naquele momento, em véspera de eleição, mais uma vez escutava que iria ser feito uma Estação de Tratamento de Água só que, no ano corrente, eles não entregaram uma estação nova porque qualquer construção levava mais do que seis meses para poder ser realizada, então, era uma indignação, não só dele mas, daquela Casa; já tinha sido cobrado, não só em véspera de eleição, foi cobrado em diversos outros anos anteriores e a população de diversos bairros de Jaguariúna passando uma dificuldade sem fim; disse que só quem não tinha água em casa sabia do que ele estava dizendo e o que as pessoas estavam enfrentando; era um desrespeito, então, ele pedia mais uma vez, fazia um apelo naquela Casa para que fosse investido no tratamento de água de Jaguariúna, porque Jaguariúna tinha três rios e a água eles sabiam que tinha e o que estava faltando era organização e planejamento; era mais um desabafo pelas pessoas que estavam em casa naquela noite os assistindo e vendo o que estava passando e ele iria continuar cobrando, ele era Vereador até trinta e um dezembro e iria continuar cobrando até o último dia porque não tinha cabimento o que o povo da cidade estava passando; agradeceu a todos e desejou, novamente, boa noite; a seguir, fariam uso da palavra os senhores Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva que a passaram; em seguida, fez uso da palavra a senhora Tais Camellini Esteves que, depois de cumprimentar a todos, disse que ela só queria esclarecer uma coisa que estava acontecendo, que tinham alguns munícipes, mandando



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mensagem para ela, a respeito da fonte de água do Fontanella; o pessoal perguntou para ela, se era verdade que os fornecedores de água estavam pedindo para o Prefeito fechar e aquilo era mentira, deveria ser por aglomeração, alguma coisa naquele sentido, mas eles, fornecedores de água, não pediram nada daquilo e as pessoas estavam indo perguntar para ela; ela achava que até o Fred uma vez pediu uma análise de água mas, aquilo era tudo mentira; agradeceu a todos e desejou boa noite mais uma vez; em seguida, fez uso da palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, depois de cumprimentar a todos, disse que ele gostaria, também, de tocar em um assunto que foi debatido pelo Vereador David com relação à falta de água no Município e que o nobre Vereador mencionou, muito bem, vários bairros que estavam sofrendo aquela falta de água e era inadmissível em uma cidade como Jaguariúna, que se dizia que tinha planejamento, não ter tido, em tempo hábil, feito aquele planejamento, sabendo que as condições climáticas do País estavam mudando muito e que a falta de água seria eminente, então, era muito necessário o investimento e eles aprovaram, naquela Casa, e ele teve também a oportunidade de aprovar um empréstimo sabendo que aquilo seria feito o quanto antes e não foi, porque eles necessitavam daquela infra estrutura, principalmente, na geração de água potável para a população e eles estavam vendo a demanda nos bairros aumentando e com aquele calor que estavam observando, não tinha como estar em casa e não consumirem água; disse que o que o deixou preocupado ao longo daquela semana, ele recebeu um comunicado das empresas que administravam condomínios industriais em Jaguariúna e todos os condomínios foram notificados extrajudicialmente a fecharem a água a partir do dia dois de outubro até o dia cinco, prorrogáveis até o dia oito e que a Prefeitura foi para fechar a água daqueles condomínios, já fechou anteriormente, ele já tinha dito lá em uma reunião da Câmara e, naquele momento, novamente, e só não fecharam porque eles ingressaram na Justiça concedendo uma liminar, dizendo que, se a Prefeitura fechasse a água, ela teria uma multa diária para pagar às empresas por prejuízos; ele recebeu a notificação e a notificação não era assinada por ninguém do Departamento da Prefeitura e o pessoal foi lá nas empresas, houve um buchicho para que aquilo não acontecesse e eles estavam em um período pós pandemia, a retomada da economia, eles sabiam que as empresas estavam contratando, as indústrias de Jaguariúna estavam contratando, eles sabiam que a maioria das indústrias estavam com a capacidade cada vez maior para poder atender à demanda, a demanda por produtos e serviços, inclusive estava aumentando demais, ele sabia que estava



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

faltando matéria prima em várias atividades econômicas da Cidade para dar continuidade ao trabalho daquelas empresas e a água era vital para o desenvolvimento de qualquer parte fabril e os empresários estavam comentando que, realmente, aquele tipo de atitude não era digno de Jaguariúna, nunca aconteceu aquilo, afastando deles a vontade de investir mais no município; disse que ele estava com o documento que foi encaminhado das empresas que representavam aqueles condomínios industriais e a preocupação era se iria investir mais em Jaguariúna ou não iria, e eles estavam falando, debatendo em um momento eleitoral, a retomada do crescimento, a economia do Município e eles viam que aquela questão de falta de água, ele sabia o que refletia no dia a dia da comunidade; às vezes, um rodízio era necessário porque sabiam que a eminência da falta de água estava lá, e tinham água nos recursos hídricos, sim, e teriam de ter mais capacidade de ter captado mais, mas, não fizeram, então, ele achava que a consciência de cada um prevalecia, mas a pessoa agir arbitrariamente, ir lá e fechar, porque fecharam os registros de água, as empresas ficaram fechadas seis dias, todo mundo teve de comprar água para poder usar a atividade fabril naquele período; pensando nisso, já tomaram a iniciativa de ingressar na Justiça, como mesmo disse, e só não fecharam, novamente, porque tinham uma liminar, mas foram lá fecharam um pouco o registro, a água tinha pouca pressão, já não subia na caixa, então, eles estavam falando de empregos, e se não tomassem cuidados, se aquelas pessoas não estivessem no local de trabalho no momento certo, fatalmente estariam em casa, e também consumiram água, daí era um ciclo que não tinha jeito, sem contar que precisavam trazer investimento e aquele papo junto ao empresariado não caía bem para Jaguariúna, num momento como aquele; então, ele pediria a sensibilidade da Administração, eles mesmos que executaram aquele pedido de empréstimo, eles sabiam que aquilo era preciso ser feito e daquilo que foi demonstrado para eles, que a única possibilidade de fazer aquele investimento seria através do financiamento e eles aprovaram, ele esperava que os recursos chegassem o quanto antes e as obras fossem executadas o quanto antes, porque mais quatro ou cinco meses, se eles estivessem naquela condição climática, iria ficar difícil, porque tinham aquela questão fabril e todo mundo poderia falar que se fechava da empresa, a empresa tinha de comprar água, tudo bem, mas acabava amanhã ou depois, pensando bem naquilo que seria mais necessário, iria investir onde, e seria melhor investir em outro lugar, não investir aqui mais, porque não tinha condições de ter água e água era inevitável, tanto para residência quanto para o comércio; disse que viu que o nobre Vereador fez uma



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

moção parabenizando o condomínio Recanto do Jaguar, a respeito de ter cedido a água que tinha naquele poço para as redes públicas; comentou que aquele poço já tinha sido feito há muito tempo, eles já alertaram no ano passado que tinha aquele poço, que eram sessenta litros por segundo, que daria para abastecer todo aquele condomínio mais os condomínios que existiam lá na baixada do Vargeão e aquilo foi feito recentemente e minimizou o problema de falta de água naquela região; a água que chegava até o Nassif descia rapidamente para aqueles bairros, porque a demanda era eminente e rápida, eram, aproximadamente, duas mil moradias naquela região, então, aquele poço foi para amenizar o problema da falta de água, porque foi exigido da empresa a contrapartida, só que não fizeram a interligação na rede, porque para fazer um empreendimento como aquele a Prefeitura era obrigada a fornecer uma certidão que ela tinha de ter água disponível na rede, e talvez fizeram a certidão e água tinha mesmo e a água do poço que foi perfurado não tinha sido interligada e, ainda bem que o condomínio lá se sensibilizou e tinha a extração, correu atrás, fez a interligação, senão o problema com a falta de água no ano corrente, disse ao Presidente, iria ser muito violenta; eles sabiam como estava aquilo, e que não tivessem dúvida, mas teriam lá uma grande parcela do Rinaldi, Europa, Nassif, Zambon, todos os condomínios lá embaixo, Panini, todo mundo cobrando deles algo imediato, porque não dava para viver sem água, ainda mais em uma cidade como Jaguariúna, com o Orçamento que tinha e com aquilo que sempre pensaram que era o planejamento, aquilo já deveria ter sido programado e, de uma certa forma, amenizado; então, ele pedia lá a sensibilidade da Administração para que movesse montanhas para que ocorresse aquele investimento o quanto antes, porque o povo não iria aguentar muito mais não; a reclamação, como foi bem dito lá, era eminente, era só andar naqueles bairros mencionados e eles tiveram a oportunidade de andar e a crítica era muito grande, naquela área, então, ele pediria a todos a sensibilidade e que pudessem cobrar o Executivo para que aquelas obras acontecessem o quanto antes; desejou boa noite a todos e agradeceu; em seguida, tomou a palavra o senhor Presidente, Walter Luís Tozzi de Camargo, que, cumprimentou todos dizendo que ele iria tocar em um assunto primeiro e depois iria falar na questão da água, porque ele achava que era um assunto extremamente relevante, todos viviam um problema muito grave naquela questão; disse que queria mencionar, inicialmente, o período eleitoral que estavam vivendo, onde ele acompanhou o pronunciamento do Presidente do TCE, recentemente, que mencionou como iriam ser conduzidos os trabalhos no período eleitoral, para minimizar, para



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tentar combater a questão das “fake news”, a questão dos discursos de ódio, para combater nas redes sociais ou mesmo nos debates políticos aquele tipo de situação que, infelizmente, estavam vendo e vivendo há algum tempo; disse que ele era autor de algumas moções que foram encaminhadas para aqueles poderes, uma moção ao Juiz Eleitoral perguntando quais eram as medidas em Pedreira, na Tricentésima Trigésima Terceira Zona Eleitoral que pertenciam, ao Ministério Público Eleitoral, à OAB, e ele recebeu a resposta do Ministério Público Eleitoral, naquela semana, informando das ações que eles estavam planejando para a cidade de Jaguariúna, Santo Antonio de Posse e Pedreira que pertenciam àquela Zona Eleitoral e, de maneira bem resumida, o que eles colocavam lá, que no dia trinta de março já houve um estudo preparado pelo Ministério Público, já houve um estudo preparado pelo Poder constituído eleitoral em São Paulo, para poder, realmente, combater a questão das “fake news”, ele colocava também que todos os esforços não iriam ser medidos para aplicações penais sobre aquilo e também as questões do Código Eleitoral mas, o que lhe chamava a atenção era que o artigo nono da Resolução vinte e três seiscentos e dez, que era do TSE, colocava que “aos candidatos cabia o dever de checar informações antes de divulgá-las por meio de propaganda eleitoral, ou seja, a responsabilidade era do candidato”, então, tinham de tomar um cuidado enorme com o que compartilhavam, com o que eles divulgavam, com o que falavam, para que não ficassem alimentando as tais “fake news” que, atualmente, não era somente atacar a plataforma política do outro, ou o projeto do outro ou a história política do outro, mas, às vezes, entrava na seara da pessoa, entrava, muitas vezes, na vida das pessoas para querer denegrir, humilhar, ofender, então, ele achava que aquilo tinha de ser combatido, sim, lá eles eram todos agentes políticos, estavam no processo eleitoral, fosse para a esfera do Executivo ou do Legislativo; tinham duzentos e setenta e cinco candidatos, aproximadamente, para vereadores em Jaguariúna, quatro candidatos a prefeito, então, era um cenário político bem diversificado, e ele não se lembrava de um cenário parecido com aquele nos últimos anos Na cidade de Jaguariúna, ele achava que era um dos únicos cenários tão amplos como aquele em que estavam vivendo, então a preocupação, realmente, foi aquela, era aquela e ele esperava lá estar contribuindo, divulgando informação como o próprio TSE vinha fazendo; disse que ele iria entrar na questão da água como já foi dito tanto pelo Vereador David, como pelo Vereador Fred, e que sabiam, sim, que aquela Casa aprovou um recurso para a construção de uma nova ETA, todos eles lá participaram daquela sessão e aquele processo da ETA



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estava avançado no processo licitatório junto ao departamento competente; disse que ele teve informação, naquela manhã, da Secretária, naquele sentido, então, ele acreditava que teriam publicações acontecendo para aquele processo licitatório, porém, estavam vivendo a maior estiagem dos últimos sessenta anos, e aqueles eram dados que eram relatados pela própria Defesa Civil; nunca viveram uma estiagem tão grande, as temperaturas durante o dia passam de quarenta graus, tinha uma diminuição do fluxo do rio Jaguar, onde captavam uma quantidade de água muito grande e o Sistema ARES PCJ já alertava para o risco de racionamento em toda a região do ARES PCJ, todas as cidades que eram abrangidas pelo PCJ; falou que a cidade de Santo Antonio de Posse já estava trabalhando com rodízio de água; disse que ele viu na imprensa, naquela semana, e eles precisavam de investimentos, sim, e lá se ele estivesse equivocado, pediu por favor aos mais velhos para que o corrigissem, tiveram investimentos no início do ano de dois mil, aproximadamente; foram os últimos investimentos em captação de água, investimentos em água, se ele não estivesse lá, enganado com datas, só que a cidade já estava, atualmente, bem avançada e cresceu, significativamente, e os investimentos tinham de chegar e por isso, que eles lá votaram e pediram para que ele acontecesse; disse que era preocupante a questão econômica, sim, era e que estavam vivendo pós pandemia; naquele momento, o senhor Alfredo Chiavegato Neto solicitou um aparte na fala do senhor Presidente e aparte concedido, ele disse que foi investido muito em armazenamento de água e redução de perdas, em tratamento, realmente, não tinha sido nos últimos anos mas, em redução de perdas na rede, na troca das redes, principalmente, do centro da cidade, foram sessenta e poucos quilômetros, em armazenamento de água foi investido muito, que eram as caixas de água que estavam lá no Catão, enfim, só para esclarecimento; o senhor Presidente continuou sua fala dizendo que por isso que ele pediu a ajuda deles que estavam há mais tempo na Casa, para esclarecer, então, tiveram investimentos de uma data um pouco longínqua mas, no tratamento não tinham há um bom tempo na cidade, e precisavam investir naquilo e falar em pandemia, falta de água, calor excessivo era complicado, mas falar que também era complicado falar de desperdício, e não tinha só o Poder Público, e o Poder Público tinha de fazer a sua parte, ele não tinha dúvida e tinham de cobrar aquilo mas, a consciência também era individual; infelizmente, viam comportamento pela cidade que não condiziam com a realidade que estavam vivendo, comportamentos muitas vezes de usar da mangueira como vassoura hídrica para limpar, então, tinham de preservar aquele recurso, porque era um



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

recurso que estava ficando escasso nos últimos anos; tinham dificuldades com a questão da água, cada vez que o rio baixava, tinham de limpar as bombas porque acumulava alga e aquilo tinha de interromper o processo de captação, gastava água para limpar a bomba, então, era uma engrenagem que tinha de funcionar redonda, então, quem os acompanhavam sabia o quanto era difícil estar em casa e ter a dificuldade de abrir a torneira e não ter a água; disse que ele achava que lá era um processo que tinha de envolver toda a sociedade, o Poder Público fazer, sim, a parte dele, aquela Casa cobrar do Poder Público aquele trabalho, que também colaborou para que aquilo acontecesse com a aprovação dos recursos necessários, mas cada um deles deveriam fazer dentro de casa aquela fiscalização do banho excessivo, de usar desnecessariamente o uso da água pra limpeza de área externa, etc, e ele achava que aquilo, sim, era trabalhar em sociedade, aquilo, sim, era pensar na vida de cada um e do outro, aquilo era o que ele gostaria de dizer. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, antes porém, registrou a presença dos Vereadores Inalda Lúcio de Barros Santana, Romilson Nascimento Silva e Tais Camellini Esteves que chegaram na Casa durante a leitura do Expediente do Sr. Prefeito, e não tinha sido registrada a presença dos mesmos; a seguir, foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixou de comparecer o Sr. Cristiano José Cecon. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, dos Srs. Cássia Murer Montagner, Afonso Lopes da Silva, Walter Luís Tozzi de Camargo, Ângelo Roberto Torres e José Muniz foi apresentado requerimento de urgência especial, para que o projeto de lei dos Srs. José Muniz, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Walter Luis Tozzi de Camargo, Afonso Lopes da Silva, Romilson Nascimento Silva e Inalda Lúcio de Barros Santana que altera e acresce parágrafos ao artigo 2º da Lei Municipal nº 2.153, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre a instalação de medidores de água, nas formas que especifica e dá outras providências, modificada pela Lei nº 2.644, de 06 de novembro de 2019, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador José Muniz como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; decorrido prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando leitura do Parecer do Relator Especial designado, bem como a leitura na íntegra do projeto de lei; a seguir, foi apreciado o Projeto de Lei nº 035/2020, dos Srs. José Muniz, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Walter Luis Tozzi de Camargo, Afonso Lopes da Silva, Romilson Nascimento Silva e Inalda Lúcio de Barros Santana que altera e acresce parágrafos ao artigo 2º da Lei Municipal nº 2.153, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre a instalação de medidores de água, nas formas que especifica e dá outras providências, modificada pela Lei nº 2.644, de 06 de novembro de 2019 (Quorum de deliberação: maioria simples: Art .49, “a” § 1º, do R.I.). Em discussão, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos solicitando para que fosse feita a leitura da redação atual que constava da lei, só o artigo segundo, porque era aquilo que estava sendo mudado; o senhor Presidente solicitou ao Segundo Secretário para que fizesse a leitura da lei dois mil seiscentos e quarenta e quatro de seis de novembro de dois mil e dezenove, o artigo segundo ao qual estava sendo alterado, onde foi feita a seguinte leitura: “Art. 2º Para a instalação de mais de dois medidores no mesmo terreno, independentemente da categoria, residencial, comercial ou industrial, as construções deverão possuir os correspondentes projetos devidamente aprovados pela Prefeitura Municipal.” Terminada a leitura, em discussão, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que, só para esclarecimento, então, atualmente, poderia pedir quantas ligações quisessem, era só pagar os preços públicos, não precisaria ter projeto, não precisaria ter nada? Era aquilo, perguntou, basicamente era aquilo? Não precisaria ter projeto, não precisaria ter nada, era só pedir a ligação da água, se tivesse uma, duas, três, quatro, iria embora? O senhor Presidente indagou se ele estava perguntando para eles responderem; o senhor Alfredo Chiavegato Neto disse que sim, que, basicamente, era aquilo e que o artigo segundo, a partir da segunda lei já poderia duas; comentou que, naquele dia, o indagaram porque tinha uma pessoa que estava pedindo a segunda ligação e a Prefeitura estava dificultando para ela solicitar aquela segunda ligação e ele falou que na lei já permitia duas sem precisar ter planta, era aquilo? E que, atualmente, não precisaria ter planta para nada, poderiam pedir, três, quatro, cinco, era só aquilo, para deixar claro, até para a população ficar sabendo que poderiam pedir a ligação de água do jeito que quisessem, era aquilo? O senhor Presidente



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tomou a palavra dizendo que ele queria só responder ao Vereador Alfredo e que o projeto de lei previa que houvesse uma regulamentação daquele artigo, então, ele deixava de existir na redação original onde ele limitava duas, a terceira com planta, passava ao Poder Executivo regulamentar, exatamente, aquela questão, então, estavam atribuindo ao setor competente para que ele pudesse organizar aquele processo de maneira racional até para que ele visse a viabilidade, muitas vezes técnica, e aquilo vinha acontecendo, e que eles acabaram de discutir lá a questão hídrica, acabaram de falar sobre ela e, algumas vezes, haviam limitadores técnicos que iriam interferir naquele processo, porque a lei, como estava, ela não levava aquele critério, então, tinham regiões que davam para ligar três ou quatro porque ela tinha uma capacidade maior de abastecimento e tinham outras que se ligassem duas já não era possível, então, porque que eles tinham de limitar aquilo pela lei e não por regulamentação de decreto, porque quem lidava com aquilo no dia a dia era o Poder Executivo, era exatamente a Secretaria com seus técnicos que poderiam avaliar aquele setor, aquela região, se comportava outras questões ou não, então, era por isso o intuito de alteração da lei e deixar que o Poder Executivo fizesse aquele processo de uma maneira mais técnica do que eles tinham colocado naquela Casa; disse que era só uma colocação e como ele também assinava a autoria do projeto, ele gostaria de esclarecer; a seguir, pediu a palavra, novamente, o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que estava Perfeito, era só para deixar claro a toda a população que os ouvia de que quando elaborava um bairro, estimava a população que lá iria morar e, em cima daquela estimativa, calculava a demanda de água, a demanda de esgoto, através da tubulações e, às vezes, também a preocupação da Administração era aquilo, porque se permitissem muita coisa, acabava acontecendo, justamente, o que estava passando, um problema de fornecimento de água, e mesmo que tivesse o fornecimento, às vezes, a capacidade da rede não era o suficiente para atender a demanda do bairro; era só para deixar claro aquilo, como estavam aprovando um projeto e passando toda a decisão da parte da Administração e para um órgão técnico, ficava bem claro que a Câmara queria, realmente, deixar a possibilidade da pessoa que tinha a sua residência com uma ou duas construções no mesmo terreno, solicitar mais do que duas, três ou quatro ligações de água, então, não iria caber mais à nenhuma legislação e, sim, ao corpo técnico da Prefeitura a possibilidade de permitir mais do que três ligações ou quatro em cada lote, especificamente, sem planta, sem nada, pelo o que ele entendeu, era só para deixar claro, para deixar esclarecido. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 035/2020, dos Srs. José Muniz, Ângelo



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Walter Luis Tozzi de Camargo, Afonso Lopes da Silva, Romilson Nascimento Silva e Inalda Lúcio de Barros Santana que altera e acresce parágrafos ao artigo 2º da Lei Municipal nº 2.153, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre a instalação de medidores de água, nas formas que especifica e dá outras providências, modificada pela Lei nº 2.644, de 06 de novembro de 2019, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 032/2020, do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, que dispõe sobre denominação de via pública e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art .49, “a” § 1º, do R.I.). Com emendas já aprovadas. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 009/2020, dos Srs. David Hilário Neto, Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves, que dispõe sobre a proibição do nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria simples: Art .49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Terminada a leitura do Parecer, o Sr. Presidente, Walter Luís Tozzi de Camargo, apresentou requerimento verbal, baseado no art. 213, VIII, do Regimento Interno, solicitando destaque na votação de cada artigo do projeto de lei em discussão; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, do Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Ângelo Roberto Torres, José Muniz, Inalda Lúcio de Barros Santana, Cássia Murer Montagner, Afonso Lopes da Silva e Romilson Nascimento Silva, foi apresentada a seguinte Emenda Modificativa ao art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 009/2020: “Art. 1º É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.” Em Discussão a emenda, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos solicitando para que fosse colocado no telão para que os Vereadores acompanhassem a redação que estava sendo proposta no substitutivo, para que



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

acompanhassem quais eram as alterações propostas pela emenda; a seguir, o senhor Presidente pediu à parte técnica para que providenciasse o substitutivo para que fosse colocado no telão e solicitou ao senhor Secretário para que fizesse a leitura do artigo do substitutivo para fazer a comparação depois na discussão; o senhor Luiz Carlos de Campos disse que só a leitura seria suficiente, para que lessem pausadamente porque ficaria mais fácil; o senhor Presidente solicitou para que fosse feita a leitura do substitutivo do projeto que estava sendo debatido com a emenda que foi apresentada, e disse que só para esclarecer a todos que os acompanhavam, quando apresentavam emendas, as emendas eram votadas primeiro do que o projeto, então, por isso que tinham de colocar a emenda inicialmente; terminada a leitura, pediu, novamente, a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele pediria voto contrário naquela emenda; era bom para que as pessoas que os acompanhavam de casa soubessem que aquele projeto que eles apresentaram, de autoria dos nobres Vereadores Alfredo, David, ele e da nobre Vereadora Tais, para vigorar a partir de dois mil e vinte e um, eles apresentaram aquele projeto no começo do ano, ele foi deixado de lado, no ponto de vista dele, e houve uma corrente dentro daquela Casa para que aquele projeto fosse votado após as eleições, e para quem esteve lá na última reunião, ele defendeu para que se votasse antes das eleições, porque se eles votassem depois das eleições, eles saberiam quem estaria lá, quem estaria na Prefeitura e se eles votassem aquela emenda do jeito que foi proposta, naquele momento, iria ficar a mesma coisa, parente de vereador trabalhando, porque não era só a Administração Direta, tinham outras entidades que prestavam serviços lá e, às vezes, o parente de vereador era contratado para trabalhar naquelas entidades, e a redação que os quatro autores colocaram no projeto de lei alcançava também parente de vereador, do prefeito e demais agentes políticos, na Organização Social Santa Maria, no CONSAB e no CISMETRO, porque para cargo de direção, chefia e assessoramento, então, ele achava que se votassem a emenda do jeito que os nobres Vereadores estavam propondo iria ficar a mesma coisa que estava e ele perguntava para as pessoas que estavam em casa, se elas concordavam como funcionava, atualmente a Prefeitura, um monte de parente de vereador exercendo a função, daí ele pensava que, daquela forma, aqueles princípios que estavam na Constituição Federal não foi observado, então, ele pediria pra os nobres Vereadores votarem contra, eles não sabiam quem iria estar naquela Casa no próximo ano, porque todos que estavam lá ou estavam disputando cargo Executivo ou cargo Legislativo, eles não sabiam quem iria estar lá e aquele projeto de lei era para



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

moralizar; disse que a nobre Vereadora Tais defendeu bastante em relação àquilo e até houve uma preocupação que eles usassem daquele projeto de lei para fins políticos e não era aquela a intenção deles mas, da maneira que se colocava naquele momento, eles entendiam que iria deixar do jeito que estava, então, ele pensava que um Vereador que tinha um parente na Prefeitura, se o Prefeito quisesse que ele votasse favorável a um projeto que o Executivo mandou para a Casa de Leis, ele ficaria comprometido com o Prefeito e acabaria votando do jeito que o Prefeito queria e não pela vontade que ele queria; aquilo tranquilo, era por isso que ele pedia pra os nobres Vereadores que votassem contra aquela emenda, votassem a redação original do projeto que era para de fato moralizar e ficar impessoal, se a pessoa tivesse competência para trabalhar, nada impediria que a pessoa prestasse concurso para exercer um cargo na Prefeitura, então, ele pedia voto contrário porque da forma que estava... outra coisa que os Vereadores falaram era que se já tinha súmula, por que que eles iriam votar? Disse que era porque naquele projeto tinha coisa diferente, aquele projeto alcançava a organização social, o CONSAB, o CISMETRO ou outras entidades que, por ventura, pudessem existir, porque a súmula era de dois mil e oito, era por isso que ele pedia o voto contrário e para que votassem favoráveis na redação que estava proposta no projeto, senão iria ficar a mesma coisa, iria ficar da mesma maneira, parente de vereador trabalhando à vontade na Prefeitura e ele não achava correto aquilo; agradeceu a todos e desejou boa noite; em seguida, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que ele gostaria de dar sua opinião com relação àquele artigo, apesar da emenda apresentada, ele acreditava que o artigo que já contemplava a lei, o substitutivo, ele estava mais claro com relação aquilo que estavam propondo, com relação ao nepotismo; ele compactuava com as palavras do Vereador Bozó, seria de importância e relevância para o Poder Público tomar aquela iniciativa, porque facilitava em muito para o Gestor a tranquilidade de nomear pessoas sem o comprometimento político, e ele vinha na campanha dele falando muito aquilo e ele não poderia deixar de votar como foi proposto o projeto, porque foi, realmente, discutido há muito tempo, eles tinham um debate muito sério, há muitos anos a respeito do nepotismo e ele acreditava que o momento era aquilo, deles darem para a população de Jaguariúna a tranquilidade, tanto dos futuros eleitos, quanto para o Gestor de fazer aquilo que era melhor para Jaguariúna, sem ter a troca de favorecimento que eles sabiam que, por mais que as pessoas fossem capacitadas, às vezes, tinham aquele comprometimento de amanhã ou depois não discutir ou não



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

votarem um projeto em virtude daquele favor feito por esse ou por aquele; disse que ele tinha a consciência tranquila, iria votar como apresentava o substitutivo, contrário à emenda dos nobres Pares; ele acreditava que lá estava bem claro, de fácil redação, o que poderia, o que não poderia, facilitar demais aos futuros gestores aquela tranquilidade de ter lá pessoas descompromissadas e as pessoas que lá estavam tranquilas para exercer suas funções precípuas, votar com tranquilidade, e ele também compactuava com aquilo; nas falas dele ele tinha dito que pretendia reduzir o número de comissionados e ter aquela tranquilidade e não ter aquele apadrinhamento político mas, eles sabiam que o Prefeito tinha condições de nomear pessoas, mas aquilo iria continuar na legislação, mas não poderia ser parente, então, tinha o apoio dele, ele iria permanecer com aquilo que eles discutiram; disse que ele não teve a oportunidade de participar da última reunião, ele já tinha compromisso pré estabelecido, ele achava que tinha sido na quarta feira passada, salvo engano, pediu desculpas por não estar presente, o debate foi para a sessão e ele tinha de dar a opinião dele; ele achava que estava bem claro, tinham as sessões, enfim, para um legislador tinha a palavra final que era o Judiciário e que estava bem claro propor com relação aquele assunto que era polêmico e merecia toda atenção deles e, como bem disse o Bozó, eles não estavam legislando para eles, eles nem sabiam se estariam lá no próximo ano e ele, com certeza, não na Câmara, e ele pedia a todos para que as futuras gerações tivessem aquele projeto que seria muito bem vindo e ele tinha a certeza daquilo, para os futuros gestores; a seguir, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto perguntando quem tinha feito a emenda, porque ele não ouviu quando ela foi lida e em seguida, perguntou que quem foi o autor da emenda, se era a favor que tivesse parentes nos cargos de direção, chefia, assessoramento, organizações sociais, consórcios municipais e, como disse o Bozó, a importância de votar aquilo antes das eleições era fundamental, porque eles não sabiam quem iria ganhar as eleições, nem os Vereadores, muito menos o Executivo, e com aquela dúvida era melhor votar uma coisa com mais isonomia possível, porque não sabiam se estariam naquela Casa e nem no Executivo, só que mudar a redação da forma que estava era chover no molhado, era continuar exatamente como estava, era ser a favor daqueles cargos que eles sempre combateram, que eram cargos de chefia, de direção, cargos que se mudavam votos naquela Câmara Municipal, por mais que falassem que não, estavam lá há oito anos e viam que, sim, mudavam diretamente; sabiam que a pressão existia, mas aquilo deixava os Poderes com independência maior, então, ele pedia também para que votassem



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

contrário, que era uma emenda que acabava, totalmente, com o projeto que era moralizar ainda mais Jaguariúna, moralizar a Câmara Municipal e o Executivo e aquilo facilitaria para qualquer outro prefeito, porque não ficaria o “toma lá da cá”; era importante ressaltar, também, que aquilo impactava diretamente na população que era contra; disse que onde eles andavam nas ruas escutavam sobre aqueles cargos, aquelas trocas de favores; infelizmente, mexia com o voto e com o dia a dia de cada cidadão de Jaguariúna, então, quem pudesse defender a emenda, para eles entenderem um pouquinho qual era o posicionamento; a seguir, pediu a palavra a senhora Tais Camellini Esteves que, novamente, cumprimentou a todos dizendo que ela sempre bateu naquela tecla desde o começo até aquele momento; era uma palhaçada, onde tinha gente que enfiava a família inteira na Prefeitura e que deveria ter uma lei para fuzilar tudo aquilo; era parente disso, mulher disso, mulher daquilo; aquilo era uma vergonha e ela achava que a Prefeitura de Jaguariúna era onde tinha mais parente de político trabalhando na prefeitura e eles viam aquilo e não podiam fazer nada,; disse que era uma vergonha e ficavam mamando na prefeitura durante quatro anos a troco de voto; aquilo revoltava e aquilo que ela vinha batendo desde o começo, era genro, era cunhado, era filho, era filha, aquilo era uma palhaçada, palhaçada mesmo, afirmou, e, se Deus quisesse, naquela noite, eles iriam decidir aquilo antes das eleições; agradeceu a todos e desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o senhor José Muniz que, depois de cumprimentar todos, falou que ele era favorável à emenda; ele estava discutindo o projeto não era daquela noite e o Vereador Bozó estava na última reunião que tiveram lá; disse que já existia o projeto de lei do nepotismo, ele não estava falando que ele era contra o projeto de lei, ele estava falando que já existia, e ele ficava triste, como ele falou para o nobre Vereador que sempre existiu o projeto de lei, sempre existiram os cargos, como ele sempre falou, ele só não entendia porque, naquele momento, queriam mudar o projeto, era federal, ele já existia e se tinha o nepotismo, por que não foi denunciado? Por que nunca correu atrás, por que nunca houve denúncia? Se o projeto já existia, por que nunca foi denunciado? Por que só naquele momento achava que estava errado, por que só naquele momento achava que tinha parente mamando lá na Prefeitura, parente trabalhando? Por que só naquele momento queriam acabar com cargos comissionados que sempre existiram? Sempre existiu os cargos, ele só não entendia porque só naquele momento; ele não estava falando que era contra o nepotismo, porque ele era a favor ao nepotismo, mas, se já existia o projeto, por que só naquele momento falavam, por que nunca brigou pelo projeto? Para que valesse o projeto, era só



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aquilo; como ele falou na quarta feira, que ele votava antes ou depois das eleições, ele também não sabia se iria estar naquela Casa no próximo ano, e ele falou para o Bozó que o projeto já existia e que ele era contrário ao que eles queriam fazer, o que eles queriam propor; então, a opinião dele não mudou nada de março até aquele momento, era a mesma opinião que ele sempre teve e ele iria defender, então, aquele projeto já existia e para que iriam criar mais um projeto? Era só aquilo, então, ele era contrário, era favorável a emenda, porque se o projeto já existia, era para usar o projeto, já estava lá, porque nunca foi usado? Se havia o nepotismo, por que nunca foi denunciado? Então, como ele falou para o Vereador Bozó que já existia e era para eles utilizarem o projeto que estava lá e acabou; só isso e por isso que ele era favorável à emenda; em seguida, pediu, novamente, a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que uma coisa que ele disse várias vezes lá e iria repetir, que se uma coisa estava errada, ela precisava ser corrigida, não importava quem, ela precisava ser corrigida e aquele projeto de lei, transformando em lei era para vigorar a partir de dois mil e vinte e um e ele sempre falou que se o pessoal queria votar depois da eleição, porque votar se já tinha a súmula vinculante? E não era uma lei, era uma súmula vinculante, o projeto de lei não era inconstitucional, tinham pareceres de Órgãos que assessoravam a Câmara, mas a redação atual iria alcançar a Organização Social Santa Maria, CONSAB, CISMETRO ou outras entidades que fossem criadas depois de dois mil e vinte e um, para cargos de direção, chefia, assessoramento, naquelas entidades, e o que não ocorria, atualmente, porque se ocorresse não teria parente de vereador naquelas entidades e não era cargo comum lá, que a maioria fazia uma provinha para entrar, não era não, era cargo de comando e era aquilo que estavam tentando evitar com aquele projeto de lei; disse que iriam insistir em relação àquilo, em relação à ficha limpa, aquele projeto de lei se tivesse chegado de iniciativa popular ele achava que seria mais fácil de aprovar naquela Câmara, porque se o pessoal queria votar contra aquilo que estavam propondo era porque tinha alguma coisa a mais; porque não votar do jeito que estava, se a lei já existia? Por que não votar a favor da redação que eles estavam propondo no projeto? Era porque tinha alguma coisa a mais, era por isso que as pessoas (naquele momento houve conversas paralelas fora do microfone e o senhor Presidente contestou para que não tivesse apartes na fala do senhor Luiz Carlos) e o Vereador continuou dizendo para votarem favorável, se não tinha algo a mais, o que eles propuseram lá tinha algo a mais do que a súmula, que eram aquelas entidades e por isso que ele pedia o voto contrário na emenda e favorável na





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

redação que foi proposta no substitutivo; em seguida, pediu, novamente, a palavra a senhora Tais Camellini Esteves dizendo que tinha de fazer um limpa na cidade, era uma vergonha dinheiro público indo para parente, genro, nora, cunhado, o que era aquilo? A cidade de Jaguariúna era uma das cidades mais ricas do Estado de São Paulo, milhões entravam lá e onde enfiavam parentes, parentes, parentes? Era a troca de votos? Disse para verem o que iria ser decidido naquela noite lá, para fazer uma campanha limpa, para começar dois mil e vinte e um daquele jeito; disse que ela queria só ver, naquela noite, a votação, e que tinha de arrancar toda aquela corja de dentro da Prefeitura e se Deus quisesse iria sair tudo; a seguir, pediu a palavra, mais uma vez, o senhor David Hilário Neto dizendo que, só para deixar claro, eles não denunciaram porque a ilegalidade não existia e que a ilegalidade iria existir após a aprovação da lei, o que eles estavam falando, naquela noite, não era ilegal, no olhar deles, era imoral e iria se tornar ilegal a partir da aprovação da lei, então, se não foi denunciado, naquela Casa, até aquele momento, não foi por negligência, como ele já fez diversas denúncias lá, como Secretário preso do CONSAB e não foi tomado providência nenhuma e denunciar, ele denunciou, então, só valia ressaltar que após a aprovação daquela lei, daí, sim, passaria ser ilegal, e se não foi votado antes, foi pelo simples fato de que as coisas mudavam; ele falou para o nobre Colega na reunião de Comissão, para o colega Bozó, que estava há seis mandatos na Casa e o outro colega estava indo para o segundo mandato, tentando a reeleição e se eles não pudessem evoluir todos os dias e apresentar coisas novas todos os dias, não tinha motivo da reeleição acontecer, porque a pessoa já esteve lá quatro anos e apresentou tudo o que podia apresentar; disse que ele estava lá há oito anos e todos os dias aprendia coisas novas; comentou que uma outra palavra bem sábia que o Bozó falou na reunião de Comissão que, se em seis mandatos não foi visto e se começou a chamar a atenção, eles tinham de rever; disse que, naquela sessão, eles aprovaram a questão do terceiro relógio, o quarto, o quinto, onde lá atrás foi votada uma lei que só podia um; há dois anos foi votado uma lei que só podia o segundo e, naquela noite, estavam votando para abrir aquela questão, porque as coisas evoluíam, as coisas mudavam, as coisas cresciam e era exatamente o que estava acontecendo, naquela noite, e se eles estavam apresentando aquilo que foi apresentado em fevereiro do ano corrente, foi, simplesmente, porque acendeu uma luz vermelha e eles acharam necessária aquela aprovação, então, só para deixar claro que aquela Casa não se omitiu de uma irregularidade, aquela Casa estava criando uma lei que iria tornar aquilo irregular e aquilo valia ressaltar para quem estava



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

em casa, era basicamente aquilo; e perguntou, só para ele entender, quem tinha sido o autor da emenda, ele não soube; em seguida, pediu mais uma vez a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos perguntando quem assinava a emenda; o senhor Presidente respondeu que a emenda era assinada por ele, o Ângelo Roberto Torres, José Muniz, Inalda, Cássia, Afonso e Romilson; em seguida, mais uma vez, o senhor David Hilário Neto pediu a palavra perguntando para as pessoas que assinaram a emenda para o convencer do contrário, que o projeto de lei estava irregular e ele falava aquilo porque lá eles não tinham uma opinião fechada, que não escutava argumentos das outras pessoas, e ele queria ouvir deles que assinaram aquela emenda, o porque era a favor dela, se achavam que não era inconstitucional, inconstitucional, não, pediu desculpas, mas que não era imoral ter aqueles cargos daquele escalão, parentes de vereador, de secretários, entre outras coisas e ele queria ouvir deles que assinaram aquela emenda; em seguida, o senhor Presidente tomou a palavra e disse que, primeiro ele queria parabenizar a iniciativa do projeto, eles estavam o discutindo há muito tempo, desde de fevereiro; houve um processo de interrupção, sim, não por desídia, mas porque tiveram questões de contingenciamento, em virtude da pandemia; tiveram alguns problemas que os próprios autores do projeto pediram para irem aguardando até que as coisas voltassem ao normal e naquele normal, infelizmente, não chegaram, e quando aquelas discussões voltavam às quartas feiras, tiveram lá algumas discussões, duas discussões antes de estarem, naquele momento, o pautando; disse que recebeu, como Presidente, um requerimento do líder da bancada do Cidadania solicitando uma reunião de lideranças, foi a segunda vez que tiveram reunião de lideranças naquela Casa, segundo relato, ele não conhecia toda a história mas, pelo menos na Presidência dele, ele já ouviu aquilo, os líderes estiveram lá, debateram o projeto e ficou acordado que sim, que se discutiriam, que o pautariam antes das eleições, até mesmo por aquele princípio de legitimidade que já foi colocado lá pelos autores do projeto original, e ele entendia que era importante discutir aquilo, sim, eles tinham de fazer o país evoluir em muitas coisas e que as argumentações que estavam lá sendo feitas, ele só iria reiterar que ele já fez na reunião de Comissões, naquela quarta feira, em que a maioria dos Vereadores estavam presentes e ele só iria reiterar exatamente a posição dele, quando tinha a redação da emenda ela era exatamente igual à súmula vinculante número treze do Supremo Tribunal Federal, editada em dois mil e oito, exatamente igualzinha, era a mesma redação e quando aquela súmula foi feita em dois mil e oito pelo Supremo Tribunal Federal, ele deixava claro que atingia, sim, tanto a



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Administração Pública direta e indireta e, daquela maneira, ela atendia todo o território Nacional; por isso o motivo da emenda e ele já tinha dito lá a todos, anteriormente, que chegou-se em um consenso de autoria de que aquela seria a melhor redação, ele estava lá expondo o lado dele, expondo a justificativa dele, desde dois mil e oito o nepotismo era proibido no Brasil, desde dois mil e oito o Supremo Tribunal Federal já editou aquela súmula, e ele se lembrava, em anos passados, e lá ele não iria conseguir se lembrar com clareza o ano e, se alguém lembrasse era para clareá-lo, já houve, inclusive, inquérito civil local para investigação de nepotismo na Prefeitura de Jaguariúna e ele se lembrava que algumas pessoas, era até interessante, foram chamadas para comparecer, ele não sabia se foi na FAJ ou no Azulão, ele achava que foi, achava que tinha sido na FAJ com o Promotor e ele começou a questionar um a um quem era parente de quem, como funcionava aquilo? Enfim, a súmula de dois mil e oito já valia e funcionava até aquele momento, mas o que acontecia com o Poder Judiciário era que ele tinha de ser motivado e provocado para agir, então, o papel fiscalizador daquela Casa, também poderia motivar o pedido de abertura de um inquérito civil, até de uma ação civil pública, ou mesmo o próprio Promotor de ofício fazer aquilo, então, a súmula vinculante tinha valor legal, já existia desde dois mil e oito, já aconteceu algo parecido em Jaguariúna, ele não lembrava o ano mas, já aconteceu algo parecido, aquelas eram as justificativas dele para acompanhar aquele entendimento lá, então, parente de vereador, parente de prefeito, pela súmula vinculante não poderia exercer cargo, estava muito claro na súmula vinculante aos olhos dele, olhando até como advogado aquela situação, porque pegava a administração pública direta e indireta e tinham os graus de abrangência, então, eram as considerações dele naquele projeto e naquela emenda; em seguida, pediu, novamente, a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos falando que, pelo o que ele pensava, a Organização Social Santa Maria não era Administração Indireta, ela recebia recursos do Executivo, e perguntou se ele achava que parente de Vereador trabalhando para a Organização Social Santa Maria era nepotismo? O senhor Presidente indagou se ele estava perguntando para ele e o senhor Luiz Carlos disse que sim, estava perguntando para ele; o senhor Presidente disse que, em resposta, ele entendia que sim, entendia que a Administração indireta estava coberta dentro daquela súmula e ele deixava claro aquilo para todos os senhores Vereadores, aquele era o entendimento dele mais uma vez, e como optou por dar a opinião dele, ele se sentia na obrigação de responder aquela pergunta; o senhor Luiz Carlos de Campos disse que ficava mais claro se eles votassem a redação que foi proposta



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

no projeto deles lá, no substitutivo, estaria claro aquilo lá, ficaria muito mais fácil do Ministério Público tomar aquelas providências com relação àquilo, qualquer pessoa, qualquer cidadão poderia apontar com relação àquilo, e ficaria claro, e do jeito que estava, naquele momento, a redação que foi proposta, no entender dele iria ficar a mesma coisa do que acontecia, atualmente, no Município, por isso ele pedia o voto contrário na emenda e a aprovação do artigo que foi proposto no substitutivo; em seguida, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que ele só gostaria de, mais uma vez, tecer alguns comentários sobre aquela proposta que foi apresentada, porque ele achava que o que eles estavam discutindo lá, ele achava que todo mundo tinha o mesmo intuito mas, aquela proposta como bem disse o Luiz Carlos de Campos, ela estava deixando claro o que poderia, o que não poderia, e eles tinham de pensar que estavam lá, naquela noite, e como foi dito pelo Presidente, tinham duzentos e setenta e cinco candidatos a vereadores, mas, naquela noite lá, só tinham treze e a função legislativa era algo maravilhoso e era um orgulho muito grande para eles que estavam lá e, naquele momento, eram eles que estavam decidindo por muitos que viriam, para deixar claro o que poderia e o que não poderia, principalmente, para um legislador; não era caça às bruxas, como foi dito: “por que não denunciou?” Disse que não era aquilo, eles não estavam para prejudicar a vida de ninguém, aquele era o princípio de todo ser humano, mas tinham coisas que, como foi dito lá, que era imoral e o vereador não poderia achar que ele tinha uma brecha para colocar uma pessoa, ou ajustar a vida, não era aquele o intuito do vereador e, sim, ele estar despreocupado lá de qualquer relacionamento para tentar fazer o melhor para a comunidade, era aquilo que ele queria que pudessem discutir lá, naquela noite; eles eram em treze; tudo bem, ele tinha alguém que trabalhava na Prefeitura, um parente dele, eles estavam falando de parente, daí dizer “você acha que devo ser vereador ou você quer continuar sendo?”, porque ele não tinha a certeza de que ele iria ser vereador na próxima legislatura, porque tinha de ganhar uma eleição, mas quem estava trabalhando na Administração, pela competência dela, poderia ficar lá, passava prefeito, entrava prefeito, se ela fosse competente, realmente, e não estivesse lá só porque era parente de um vereador e ele estava falando deles, Vereadores, para que esquecessem o restante da Administração, porque ele não tinha todo o acesso às informações de quem estava lá, então, eles estavam falando por eles, e ele achava que se tinham de deixar claro que, se um vereador fosse prejudicá-lo, se ele fosse reeleito, colocando um parente dele, ele achava que ele tinha de conversar com



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a família e questionar se achavam que ele deveria ser o candidato ou não, e era uma decisão que iria tomar e se ele fosse eleito e, ser eleito um vereador em Jaguariúna era uma honra maravilhosa, e não era por causa de um cargo que ele tinha de ceder para um ou para outro, para algum parente, que aquilo iria manchar, ele não poderia pensar que iria manchar, ele tinha de ter aquela tranqüilidade de estar exercendo um cargo de vereador lá, sem comprometimento nenhum com a Administração Pública, porque era a função precípua mesmo, ter a tranqüilidade e fazer com que os projetos que lá fossem discutidos, não tivessem aquela preocupação de votar “sim” porque a esposa poderia ser mandada embora, primo, enfim, qualquer tipo de parentesco que pudesse levar qualquer tipo de prejuízo às decisões dele tomadas lá, naquela Casa; disse que ele pensava que tinham de analisar que, naquele momento, eram eles, treze, e daquilo que iriam discutir lá, quem estavam prejudicando? Ou deixando claro aquilo que iriam tomar de lá para frente, não era uma certeza o amanhã deles e a decisão para ser um vereador não era o simples fato de estarem lá, naquela noite, que eles tinham conduzidos a serem reeleitos ou terem de ser reeleitos, não, pelo contrário, era uma decisão e que não tinha cargo mais justo do que eles, de vereadores ou prefeito, porque eram eleitos pelo povo, o povo escolheu, era ilegítimo tomar qualquer decisão em relação àqueles cargos, aquilo que ele queria deixar claro, que aquela decisão era deles e ele não via problema nenhum de deixar mais claro aquilo perante a sociedade e se existia aquela dúvida ou se não denunciou, sempre teve a lei do nepotismo, às vezes, eles acabavam tendo um relacionamento mais próximo de todos lá e eles não queriam prejudicar ninguém, ele não queria levar aquilo para a vida dele e era a função deles; então, primeiro era imoral e eles tinham de ter aquela consciência e aquela consciência que iria ceder as decisões deles, principalmente, no voto naquele momento; o artigo estava lá, foi transcrito, aquilo que foi proposto era para deixar mais claro e eles iriam prejudicar só alguém ligado a eles, porque a população não iria ser prejudicada e se tinham alguém que poderia ser prejudicado lá, na decisão deles, que estavam tomando com uma certa preocupação era alguém próximo a eles e aquela pessoa próximo a eles tinha de ter aquela consciência de que eles estavam fazendo a coisa certa; infelizmente, se ela perdesse o emprego a partir do próximo ano, mas, para aquilo também, tinha de ser motivado, não era do nada, se o Legislador que estivesse lá ou no Executivo, ele tinha a tranqüilidade de não ter de dar cargo para todo mundo, e que outros treze, talvez, pudessem estar lá e se todo mundo pensasse que queria um cargo em uma entidade e, às vezes,



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

poderia existir aquilo, disse ao nobre Vereador, então, eles tinham de deixar aquela tranquilidade para que, principalmente, o Executivo não sofresse aquela pressão; disse que ele estava lá fazendo o trabalho dele, não tinha apadrinhamento, ele queria, realmente, fazer o melhor para Jaguariúna, era aquilo que ele pensava daquela decisão que estavam tomando, naquele momento, e ele não tinha a preocupação nenhuma de votar o texto original, como não teria naquela dos nobres Pares que apresentaram a emenda, não teria problema de votar, porque ele tinha a consciência dele tranquila com relação àquilo, não tinha problema com relação àquilo, mas ele acreditava que aquilo que foi apresentado lá, realmente, era um texto novo, era algo que foi modificado e como bem disse o David, eles votaram um texto, recentemente, que alteraram várias vezes, para melhorar, para deixar ela mais clara, os tempos evoluíram, então, aquela era a preocupação dele de votarem tranquilos naquilo que poderiam decidir lá, e eles só iriam prejudicar quem era parente deles trezes lá, que poderiam prejudicar, daqueles que forem reeleitos, porque de quem não fosse reeleito, não prejudicariam ninguém, então, era algo muito abstrato e era aquilo que ele gostaria de deixar claro para todos e ele não via porque uma legislação não deixar cada vez mais claro aquilo que estavam discutindo, agradeceu; em seguida, o Sr. Presidente pediu pela ordem, dizendo que só queria completar um pouquinho e, que logo após passaria a palavra à Vereadora Taís e falou que, realmente, por isso o princípio da impessoalidade, os princípios constitucionais, a moralidade, a impessoalidade, a transparência que estavam contidos naquilo e por isso que ele até defendeu que votasse aquilo antes das eleições, tiveram aquela reunião e, graças a Deus, lá houve um consenso para que aquilo acontecesse tamanho o princípio da transparência; ele só fez a interpretação jurídica dele, do que ele via, e já estava contemplado lá mas, que também via a importância do projeto e, mais uma vez, parabenizou os autores do projeto e parabenizou a discussão corajosa daquela legislatura em fazer aquilo; se as anteriores não o fizeram, aquela estava fazendo, estava discutindo um assunto daquela maneira, bastante tranquila, porque estavam bem, como eles mesmos colocaram, poderia ser que nenhum dos treze estivesse na próxima legislatura para discutir exatamente aquele projeto e que a coragem dos trezes que, estavam lá, era exatamente discutir aquilo; então, mais uma vez ele gostaria de reiterar a posição dele; e, então, passou a palavra à Vereadora Taís que pediu pela ordem sobre a emenda; em seguida, tomou a palavra a Sra. Taís Camellini Esteves que cumprimentou a todos, novamente e, naquele momento, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte à Vereadora e o



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mesmo foi concedido; com a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que, conversando com o Romilson, e disse ao Luiz Carlos que estava tomando a liberdade lá, se os nobres Pares entendessem por bem permanecer o texto original e ser votado aquilo depois da eleição, aprovando o texto original, como foi bem dito pelo Romilson, pelo Vereador Fred, não teria problema, disse ao Sr. Luiz Carlos, desde que mantivessem o texto original, porque daí, realmente, iriam poder saber e trilhar, como mesmo o Romilson disse, quem realmente tinha comprometimento com a sociedade ou com algum parente e que ele não via problema, desde que votassem o texto original; o Romilson que citou e ele não tinha o porque não falar aquilo e que para ele não teria problema nenhum de adiar aquilo para depois das eleições mas, desde que tivessem o comprometimento de votar o texto original; pedindo um aparte o Vereador Rodrigo da Silva Blanco, este disse que, na reunião, chegou a se falar da sugestão; voltando a fala ao Sr. Alfredo Chiavegato Neto este disse que não tinha problema, desde que tivesse um compromisso e que a sociedade estava os vendo...; naquele momento, o Sr. Presidente disse que era para organizar um pouquinho a discussão, a Taís estava com a palavra e que passou um aparte ao Vereador Fred, daí o Presidente perguntou ao Vereador Magrão se ele queria um aparte também? Foi dito que não, então, a palavra era da Vereadora Taís e com a ordem iriam estabelecendo o diálogo; com a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou à todos, novamente, dizendo que, na opinião dela, tinha que fazer um limpa já, tinha que decidir naquele dia o que seria de Jaguariúna, era para tacar para frente aquilo, o nepotismo, a cidade inteira, aquilo era visível, todo mundo via e que os “fakes” da vida quando a atacavam falavam assim: “nossa, a companheira da Tais, como que era, recusou um cargo de seis mil e quinhentos reais”, mas ninguém via que trabalhava com ela o dia inteiro na água, que descarregavam um caminhão três horas da manhã e que iria chegar um caminhão para elas descarregar e que era fácil falar, era fácil julgar e por na cara da pessoa e falar: “ olha lá!”, então, tinha que acabar com aquilo mesmo e que era uma pouca vergonha, onde muitos ficavam mamando na Prefeitura, a troca de cargos, a troca de votos e que tinha que acabar com aquilo naquele dia, era uma palhaçada, uma vergonha; desde os quatro anos em que ela estava lá, iria fazer quatro anos, e via parente entrando a troca de votos, era irmão, era irmã, era “o raio que o parta”, pediu desculpa por falar mas, era uma vergonha, vergonha e que tinha que acabar com tudo aquilo; a seguir, pediu a palavra o Vereador Romilson Nascimento Silva que, cumprimentou a todos os presentes, o Secretário de Governo, Valdir Parisi, que





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

se fazia presente, dizendo que estava falando com o Fred em “off” e que ele já tinha uma opinião lá atrás e que sempre falou que, da parte dele, não haveria problema de votar pós eleição, não teria problema, e que manteria os compromissos que tinha até na emenda a votação sendo naquele dia, ele tinha um compromisso de votação mas, que não via problema nenhum ser depois da eleição, era para deixar claro, para ele era indiferente o momento de votação ser naquele dia ou na próxima sessão, ou em outra sessão, da parte dele estava tranquilo, não via problema nenhum; era aquilo e agradeceu, desejando boa noite; em seguida, pediu a palavra, novamente, o Vereador Luiz Carlos de Campos que pensava que deveriam votar naquele dia, e que nada impedia também, do Prefeito, a partir de dois mil e vinte e um, nada impedia que o Prefeito encaminhasse um projeto de lei para a Câmara, a redação que estava sendo proposta, nada impedia; então, tinham quatro candidatos disputando aquela eleição, era o Prefeito atual, mais dois candidatos a Prefeito que concorriam à vaga e tinha mais uma pessoa que estava concorrendo, nada impedia; então, independente do que se votasse naquele dia, nada impedia que, a partir de janeiro, viesse do Executivo para o Legislativo aquela redação para moralizar, era aquilo, para moralizar, bem como a nobre Vereadora Tais falou, então, era aquilo que ele queria deixar registrado e que o Prefeito poderia fazer aquilo a partir de dois mil e vinte e um, valendo para dois mil e vinte e um; ainda em discussão a emenda, pela ordem pediu a palavra o Sr. Presidente que queria reforçar as palavras do Vereador Luiz Carlos, como a matéria era concorrente poderia partir tanto do Executivo como do Legislativo para discussão da matéria e que foi bem observada pelo Vereador, independente da ordem que fosse feita, muito bem observado. A seguir, em votação a Emenda Modificativa ao Art. 1º do referido projeto, foi a mesma aprovada por sete votos favoráveis, sendo quatro contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. Aprovada a Emenda, ficou prejudicado o Artigo 1º original do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 009/2020; a seguir, dando continuidade à discussão do Substitutivo, e tendo sido aprovado o requerimento de destaque, foi apreciado o Art. 2º do referido Substitutivo: “Art. 2º. O nomeado, contratado ou designado declarará por escrito, antes da posse, não ter relação familiar ou de parentesco que importe na prática vedada por esta lei.” Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, foi apreciado o Art. 3º do referido Substitutivo: “Art. 3º. Fica vedada a nomeação para o cargo de Secretário Municipal, para cargo de provimento em comissão ou função de



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

confiança, a pessoa que esteja declarada inelegível, pelo tempo em que permanecer nesta condição.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que era só para passar para as pessoas que acompanhavam de casa o que dizia respeito ao artigo terceiro e que foi providencial eles terem colocado no projeto; naquele momento fez a leitura do artigo: “fica vedada a nomeação para o cargo de Secretário Municipal, para cargo de provimento em comissão ou função de confiança, a pessoa que esteja declarada inelegível, pelo tempo em que permanecer nesta condição”; ele achava nada mais justo se a pessoa não pudesse concorrer a um cargo eleito, ela também não poderia exercer um cargo tão importante que tinha no Município de Secretário Municipal. A seguir, em votação o referido artigo 3º, foi o mesmo rejeitado por sete votos contrários, sendo quatro favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves; a seguir, foi apreciado o Art. 4º do referido Substitutivo: “Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.” Em discussão e votação, foi o referido artigo aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, sendo 01 (um) contrário do Sr. Ângelo Roberto Torres. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura do seguinte Edital de Convocação: “Edital de Convocação nº 013/2020 - De Sessão Extraordinária. O Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 22ª (Vigésima Segunda) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: Substitutivo ao Projeto de Lei nº 009/2020, dos Srs. David Hilário Neto, Alfredo Chiavegato Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves, que dispõe sobre a proibição do nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria simples: Art .49, “a” § 1º, do R.I.). Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 22ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de outubro de 2020. Vereador Walter Luís Tozzi De Camargo - Presidente Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral”. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, mas não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia treze de outubro de dois mil e vinte, com início determinado para as dezoito horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo**  
**Presidente**

**Vereadora Cássia Murer Montagner**  
**Vice Presidente**

**Vereador Afonso Lopes da Silva**  
**Primeiro Secretário**

**Vereador Cristiano José Cecon**  
**Segundo Secretário**